



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

## **A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA FUNDIÁRIA AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE BELÉM DO PARÁ**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

### **Resumo**

O artigo examina a mercantilização fundiária na capital paraense, como reflexo da subordinação da economia natural a propriedade privada, no contexto da expansão do modo de produção capitalista na região amazônica. Para tal tarefa a pesquisa baseia-se na categoria marxista “Acumulação Primitiva” para explicitar as particularidades no âmbito da transformação das relações fundiárias e seus conflitos de classe. O objetivo é demonstrar a existência de uma ligação intrínseca entre os mecanismos de acumulação primitiva e a generalização da propriedade privada da terra em Belém, evidenciando o dismantelamento da propriedade coletiva e a expropriação do produtor direito. Conclui-se que existe uma imbricação entre esses dois elementos para o surgimento do modo de produção capitalista no espaço amazônico e a ascensão das classes dominantes. Além disso, essa pesquisa contribui para lança luz sobre os impactos socioeconômicos produzidos pela metamorfose da estrutura fundiária na região amazônica.

Palavras-chave: Mercado da terra, história econômica regional, propriedade fundiária, transformações socio-territoriais.



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como enfoque a gênese da mercantilização da terra em Belém, no Estado do Pará, que pode ser entendida como um dos variados exemplos dos impactos da generalização da propriedade privada no Brasil. Contudo, para compreender o processo em sua integridade é necessário considerar particularidades do processo de ocupação e expansão do modo de produção capitalista na Amazônia e, no caso do trabalho ora apresentado, visualizar de que maneira a categoria de acumulação primitiva pode desvelar a metamorfose da natureza fundiária amazônica.

A análise partindo da acumulação primitiva é a base dessa pesquisa no sentido de possibilitar a identificação de quais atores participam da luta pela terra e na compreensão da totalidade do movimento de disseminação da propriedade privada no espaço da economia região.

Nesse processo de formação do modo de produção capitalista no seio do território amazônico são utilizados mecanismos de expropriação da força de trabalho dos sujeitos históricos da região e seus meios de produção, de riquezas naturais abundantes e da perspectiva de angariar dominação da fauna e flora da região, com intuito de ganho pecuniário. Segundo Luxemburgo (2023, p. 571), “o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista”, ou seja, ampara-se no processo de constante subordinação da economia subsistência ao capital que objetiva uma luta intestina contra toda forma de sociabilidade estranha a ele.

Nesse interim, de expansão do capital para adentrar no espaço amazônico é edificado uma infraestrutura básica para escoação da produção. Por exemplo, a criação de rodovias, ferroviárias, pontes e portos que representam a fixação do capital no solo e promovem uma adaptação do espaço para a expansão geográfica da acumulação e circulação do próprio capital e dos trabalhadores (Prado Filho, 2018).

A acumulação primitiva no território amazônico é fruto desse intenso método de separação e expropriação do fundamental meio de produção: a terra. Além dos mais, é de suma importância ressaltar que esse processo não é perpetrado sem o uso da violência e o poder



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

militar. Conforme Marx (2023, p. 533), “a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova; ela mesma é uma potência econômica”, não podendo haver dissociação entre violência e as novas relações capitalistas.

Este artigo objetiva demonstrar a ligação intrínseca entre acumulação primitiva marcada territorialmente na região amazônica e a mercantilização da natureza fundiária de Belém, enquanto geradora da segregação do espaço e contribuinte da especulação da terra. Para isso, se faz necessário traçar como quebra-cabeça principal a elucidação do ponto de partida da transformação da propriedade coletiva a privada, de modo que seja possível desnudar a completude histórica do projeto colonial praticado na cidade de Belém, bem como para o resto do espaço amazônico.

Situados os pontos iniciais da discussão, artigo se estrutura em mais quatro seções a fim de elencar todas as problemáticas propostas. A primeira parte demonstrará os aspectos históricos e ações que permeiam a acumulação primitiva no projeto colonial imposto na região da Amazônia paraense. Na segunda parte investigaremos os impactos gerados pelo ciclo da borracha e pela ação das oligarquias regionais, revelando o entrelaçamento entre acumulação primitiva e a gênese mercantilização da terra no município de Belém. A terceira parte busca descrever de que maneira a cidade se insere na lógica do modo de produção capitalista e, sobretudo, do mercado imobiliário. Por fim, nas considerações finais do trabalho, demonstraremos as permanências e mudanças no século XXI associadas à natureza fundiária na região e os seus desafios diante do enfrentamento da segregação espacial e a especulação imobiliária em Belém.

## **2. O PROJETO COLONIAL DA AMAZÔNIA PARAENSE SOB A ÉGIDE DA CATEGORIA DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA**

O sistema de colonização brasileiro condicionou sua formação socioeconômica e, atualmente, manifesta repercussões diferenciais nas regiões do país. A exemplo disso, o aumento dos níveis de atividades produtivas, incremento de transportes e a formação de um consolidado mercado interno são tipos de transformações que não incidiram na região amazônica da mesma maneira que em outras e isso se deve fundamentalmente à herança



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

associada as metamorfoses ocorridas no espaço amazônico pela marcante forma histórica de acumulação primitiva engendrada ao território.

Marx (1867) define a conceituação de acumulação primitiva bem claramente:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (Marx, 1867, p. 515)

No presente trabalho, entende-se que os meios para gerar o processo de acumulação no território amazônico são regidos por três fatores: (i) pelas peculiaridades associadas ao bioma e ao clima; (ii) pelo aproveitamento da composição populacional diversa, fruto dos processos de migração e a destribalização e miscigenação dos povos indígena e (iii) pela dependência do conhecimento acumulado dos povos tradicionais sobre a natureza e o espaço, o que Malheiro et al. (2021) nomearam como extrativismo epistêmico.

Somando a isso, o tripé da ocupação portuguesa missionária, isto é, a guerra, o pastoreio e a dominação do ouro vermelho – a população indígena – (Malheiro, Walter e Michelotti, 2021), caracterizaram os momentos fundamentais da acumulação primitiva amazônica, marcados pelo uso concentrado da violência pelo Estado – concretizado na forma das metrópoles europeias – para o impulsionamento das transformações capitalistas.

Diante deste panorama de transformação do espaço, as classes dominantes serão capazes de reinvestir o capital em seu ciclo de reprodução, e, por conseguinte, modificar as relações de trabalho predominantes, no sentido de separação do produtor e seus meios de produção, possibilitando que a economia amazônica se configure e consolide como uma economia assentada na exportação de commodities baseada no controle e dominação do trabalho caboclo e nordestino (Ventura Neto, 2020), conformando-se em uma hierarquia social predatória frente aos costumes tradicionais e cultura endêmica.

Nesse período, o território amazônico era projeto colonial de ocupação e povoamento na medida em que Espanha e Portugal tentavam garantir seus domínios. Contudo, foi com a



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

atuação de Marquês de Pombal, a partir de 1750, como representante do governo português, que as preocupações com as possessões territoriais foram ampliadas (Malheiro, Walter e Michelotti, 2021). Como a “história do pecado original econômico” (Marx, 2023), o alcance do domínio do Estado se revelou pela implementação do Diretório dos Índios (1757), como uma nova forma de exercício do poder sobre os corpos indígenas, e a doação de terras a colonos e soldados para cultivo (Malheiro, Walter e Michelotti, 2021).

O diretório foi instituído, a partir de *uma reforma pombalina*, como um conjunto de normas que estabeleceu a transferência do poder religioso para o poder de Estado por meio do adestramento e aculturação dos indígenas, ou seja, um processo de cunho “civilizatório”, além de organizar a produção, incentivando a agricultura e pecuária com a utilização de mão de obra indígena e africana escrava, e permitir a formação de núcleos urbanos ao desmantelar as aldeias para a composição de comunidades civis (Crispim, 2020).

Nesse sentido, registra-se aí a primeira grande modificação da natureza fundiária amazônica como resultado da acumulação primitiva legitimada pelas políticas pombalinas, também através da demarcação dos limites fronteiriços do domínio Português na Amazônia e a organização dos cultivos nas terras, cujos principais e originais povoadores eram povos indígenas.

A transferência da capital da colônia de Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém foi estratégica para a continuidade das iniciativas de ocupação da Amazônia. Enquanto uma soberania estatal era formada na cidade, aos poucos a lógica de acumulação combinava-se com a lógica territorial. O incremento da produção, culminado por essas políticas, forjou algumas oligarquias políticas e econômicas, cuja atuação repercutiu por entre diferentes ciclos de produção ao longo dos séculos e que serão explorados a seguir.

### **3. O CICLO DA BORRACHA E A ASCENSÃO DE ELITES REGIONAIS NO MERCADO DE TERRAS**

A esse ponto já era configurada a base exportadora da economia amazônica – lastreada pelo extrativismo drogas do sertão, entre os séculos XVII e XVIII. Com uma demanda estrangeira mais ou menos consolidada, a popularidade crescente da goma elástica no mercado



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

mundial<sup>1</sup> coloca a Amazônia em uma posição de maior visibilidade econômica. A relação das principais capitais produtoras deste novo insumo, isto é Belém e Manaus, com o capital internacional foi substrato fértil para o surgimento de um sistema informal de crédito.

O Sistema de Aviamento, cuja lógica de funcionamento se assemelhava a escravidão por dívida (Malheiro, Walter e Michelotti, 2021) foi um regime de relações complexas, equivalente ao crédito, que sustentaria a expansão do ciclo da borracha na Amazônia<sup>2</sup>. A estrutura desse sistema era organizada de modo a facilitar a captura de excedentes para bancos e importadores, ligados ao mercado estrangeiro, que atuavam juntamente com as casas aviadoras e as exportadoras da borracha – principais beneficiários do “Aviamento” (Ventura Neto, 2015).

O desenvolvimento peculiar ao ciclo da borracha entre os séculos XIX e XX, contexto em que a acumulação de capital é intensa e rápida por parte desses agentes, ofereceu subsídios políticos, econômicos e sociais suficientes para inserir a região amazônica, antes considerada uma “subzona periférica” entre a mundialização do capitalismo (Santos, 1980), no sistema capitalista.

Em paralelo, começa a se configurar a estruturação de um mercado de terras fundamentalmente em torno dos mecanismos implementados pela Lei de Terras de 1850. A norma viabiliza a legitimação da propriedade privada fundiária no Brasil e define a forma de gerir as terras, demarcando novos limites, na tentativa de conter as ocupações irregulares de terras inexploradas – chamadas “Terras Devolutas” – desde o período colonial. A lei firmou a terra como mercadoria e acabou por atuar de maneira problemática e heterogênea em diferentes capitais do país.

Em Belém, se traduziu em uma série de medidas de gestão fundiária que podem ser

---

<sup>1</sup> O processo de vulcanização teve papel importante no crescente uso da borracha na época, pois foi através dele que a utilização desse produto poderia dar-se em altas temperaturas. Sua demanda primitiva estava associada principalmente ao desenvolvimento das técnicas de produção da indústria europeia do século XVIII e XIX.

<sup>2</sup> A operação do Sistema de Aviamento pode ser entendida como componente do processo de comutação do escambo para relações de trocas intermediadas pelo dinheiro, “naquela época o negociante sediado em Belém supria de mantimentos a empresa coletora de ‘drogas do sertão’, para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto físico recolhido” (Santos, 1980, p. 157).



#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

interpretadas como outro momento significativo para a metamorfose da natureza da terra através da acumulação primitiva, como, por exemplo, a doação da Primeira Léguas Patrimonial da Coroa Portuguesa à Câmara Municipal de Belém, cuja documentação do ato:

[...] desconsidera qualquer tipo de posse preestabelecida no território e institui que todas as riquezas naquele limite eram imediatamente de propriedade do Conselho. Enquanto que, no documento de doação da Segunda Léguas Patrimonial, agora o estado do Pará para a Intendência Municipal, o decreto que, porventura, já estivesse preestabelecida na área, assegurando, também, o direito à indenização desses possíveis proprietários (Ventura Neto, 2015, p. 54).

A partir desse momento, a terra na Amazônia deixa de ser essencialmente objeto de ocupação, como exposto no tópico anterior. Transforma-se, deste modo, em ativo econômico, passível de acumulação, possuidora de valor de troca e situada em relações capitalistas cada vez mais complexas e embricadas no território. Cenário este, oportuno para a atuação das recém-formadas elites gomíferas.

A diferenciação centro-periferia, somada à atuação dessas elites – que já dispunham de um caráter rentista, possibilitado pela acumulação de excedentes derivado do lucro empresarial dos “aviadores” e seringalistas e até mesmo pela extorsão do seringueiro (Santos, 1980) – contribuiu para diferenciais de renda entre os terrenos em escala local. Como resultado, viabilizou-se a obtenção de ganhos pelas rendas diferenciais da terra e a formação de um circuito imobiliário altamente especulativo nas cidades de Belém e Manaus nas primeiras décadas do século XX, que alimentava o circuito produtivo da exploração gomífera e todo o Sistema de Aviamento (Ventura Neto, 2015).

#### **4. O SURGIMENTO DA FORMA CAPITALISTA DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM BELÉM**

A acumulação gerada pelo ciclo dos produtos (originários da exploração de especiarias, borracha, madeira, minérios, etc.) e seu sistemático redirecionamento ao ciclo imobiliário proporcionou alterações na lógica de produção do espaço, a qual seria reforçada pela conseguinte série de modificações da natureza fundiária na região. Mesmo após a crise do ciclo, iniciando em 1912, outras atividades começaram a tomar posição importante na



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

manutenção da dinâmica de acumulação das oligarquias locais, tais como a atividade de agricultura e pecuária. Dessa maneira, dá-se início ao período de transformação da Amazônia em fronteira do capital, através do qual gerou reflexos propriedade fundiária em Belém.

A partir da segunda metade da década de 60, a hegemonia do Sistema de Aviação passaria por uma desarticulação, pois um ideário desenvolvimentista se tornaria o principal viés das políticas dirigidas ao território amazônico (Ventura Neto, 2020). A cidade de Belém passaria a ser alvo principal de projetos urbanísticos e de planejamento para o “embelezamento” da cidade e adequação às políticas higienistas típicas do período de vigência da Ditadura Militar.

Sob os efeitos desse projeto geopolítico empreendido pelo Estado, os discursos desenvolvimentistas direcionados à Amazônia alteraram a dinâmica de investimentos. A maior expectativa sobre o potencial econômico da região promoveu uma intensa atração de capital para a cidade de Belém e, conseqüentemente, impactou sua rede urbana e o padrão de formação do seu espaço (Becker, 2013).

De acordo com Ventura Neto (2015), como resultado do rápido processo de urbanização, as terras urbanizadas na cidade passaram a se tornar escassas. Por conseguinte, foi se conformando um quadro fértil, já no início do século XXI, para a atuação das elites locais, ao providenciarem o reinvestimento de excedentes no espaço e os direcionarem para a exploração rentista da propriedade imobiliária urbana (Ventura Neto, 2020).

Consolida-se, nesse ponto, a forma puramente capitalista de propriedade fundiária em Belém. Isto porque, devido ao fortalecimento da produção imobiliária de mercado, o que determinava o preço da terra, sob a luz das perspectivas de Fix e Paulani (2019), estava diretamente associado à mercadoria construída ali. Conformava-se, portanto, um cenário em que precificação fundiária em Belém é determinada pelos produtos imobiliários gerados nesse circuito, não mais o contrário.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da categoria analítica “Acumulação Primitiva” proporciona uma investigação e acompanhamento dos movimentos iniciais de submissão da economia natural aos desejos da





#### XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

nova forma de reprodução da sociabilidade capitalista. Assim, pode fornecer uma visão ampliada no caminho de não analisar somente os projetos colônias, mas também na imbricada análise da luta pela conservação das econômicas de subsistência no século XXI.

Com enfoque na mercantilização na terra em Belém, observa-se que as especificidades da acumulação de capital atuantes na região amazônica formaram a base para generalização da propriedade privada na região, além de produzir uma dominação sobre os povos originários da por parte dos agentes missionários, administradores reais e, por último, pela ascensão das elites regionais.

Por fim, conclui-se que natureza fundiária da cidade de Belém, que é produzida ao decorrer da consolidação da propriedade privada da terra, influi na segregação do espaço urbano e contribui para especulação imobiliária na capital paraense. De acordo com os dados mais recentes da Fundação João Pinheiro acerca do Déficit Habitacional no Brasil, a Região Metropolitana de Belém – composta por cinco cidades – no ano de 2019 é detentora de um déficit habitacional total de 79.490 mil domicílios, que estão quantificados da seguinte forma: 14.275 domicílios com habitação precária; 42.227 respondendo pelo componente da coabitação e 22.989 pelo ônus excessivo com aluguel. Desta maneira, é notável que ainda há resquícios da transformação da natureza da terra na capital paraense.



## XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

### 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamong Universtária, 2013.

CRISPIM, C. **TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE CLEIDIANNE NOVAIS SOUSA CRISPIM TRADIÇÃO E CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

FIX, M.; PAULANI, L. M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 4, p. 638–657, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. **Relatório Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019**. Disponível em: [https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf).

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: ensaio sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

MALHEIRO, B.; WALTER, C.; MICHELOTTI, P.-G. F. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARX, K. **O Capital**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023. v. 1.

PRADO FILHO, C. R. S. “Acumulação primitiva” e avanço do capital na Amazônia: uma perspectiva marxista sobre a devastação ambiental causada pela “Febre do Ouro” às margens da rodovia interoceânica em Madre De Dios. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 3, p. 52–72, 29 maio 2018.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

VENTURA NETO, R. **Belém e o imobiliário: uma cidade entre contratos e contradições**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015.

\_\_\_\_. Notas sobre a formação socioespacial da Amazônia. **Nova Economia**, v. 30, n. 2, p. 579–603, 1 maio 2020.